



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00232000420208172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE EDUARDO DE LIMA SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Observa-se que a documentação médica acostada na data do alegado acidente encontra-se com grafia ilegível, não sendo possível identificar com clareza **o nome do autor**. E ainda, foram acostados documentos médicos anteriores à data do acidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
UPA CIDADE MELHOR PARA TUDO

FICHA DE ATENDIMENTO

UPA 24h

RECEPCIONISTA: [Handwritten Signature] Data: 05/08/19 Hora: 22:15 min

Nome: Jose Eduardo de Lima Santos Nº do Prontuário: _____

RG: _____ Idade: _____ Nascimento: 01/05/1944 Nº SUS: _____

Estado Civil: S Profissão: _____ Fone: () _____

Endereço: R. [Handwritten] Nº 33 Bairro: _____

Cidade: SCC PE Acompanhante: () Sim Não (X) Nome: _____

Pat: _____

Mãe: [Handwritten]

GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO
Código da Unidade: 0023671 CNPJ: 08.778.268/0001-80
Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS
Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAIBA UF: 25

PACIENTE:
Nome: JOSE EDUARDO DE LIMA SANTOS Sexo: MASCULINO Idade: 21,0
Profissão: SÍTIO SERROTE Documento: 8390667
Endereço: BARRA DE SÃO MIGUEL PB Bairro: ZONA RURAL
Município: BARRA DE SÃO MIGUEL PB Estado: PB CEP: 540170
Data Atendimento: 15/05/2015 15:30h Código do Município: 240170
Data Nascimento: 07-03-94 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO
RACIA/COR

GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome: Jose Eduardo de Lima Santos
End: Rua Sítio Serrote São Miguel Bairro: Bairro Sítio Serrote
Data de Nascimento: 07-03-94 Documento de Identificação:
Queixa: Acidente de moto Data do Atend: 15-5-2015 Hora: 15:30 Documento:
Classificação de Risco
Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo Aspecto: (X) Calmo () Fáceis de dor () Gemente
Frequência respiratória: Frequência cardíaca:
Pressão arterial: Temperatura axilar:
Dosagem de HGT: Mucosas: () Normocorada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Cama
Estratificação

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial os documentos médicos, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e o sinistro de trânsito.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 4 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE